

PREGÃO N.º 12/2021

DECISÃO DO PREGOEIRO.

PROCESSO SEI N° - 0009887-85.2021.6.05.80000050733

UNIDADE DEMANDANTE: SGS-COSAD-SEAD

ASSUNTO: Análise da IMPUGNAÇÃO ao Edital interposta pela empresa **TOTAL HS HIGIENIZA E SANITIZA LTDA**, CNPJ: 14.043.144/0001-30, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade Pregão Eletrônico, visando a eventual contratação de serviços de sanitização e desinfecção predial, com fornecimento de material e mão de obra, nas instalações desta Justiça Eleitoral, localizadas na capital e no interior do Estado, junto a Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

RELATÓRIO

O Edital do Pregão n.º12/2021, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade Pregão Eletrônico, visando a eventual contratação de serviços de sanitização e desinfecção predial, com fornecimento de material e mão de obra, nas instalações desta Justiça Eleitoral, localizadas na capital e no interior do Estado, junto a Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

Em 04 de junho de 2021, a empresa **TOTAL HS HIGIENIZA E SANITIZA LTDA**, CNPJ: 14.043.144/0001-30, apresentou Impugnação ao Edital do Pregão n.º 12/2021, doc. SEI N°1643331, insurgindo-se contra requisito especificado no Termo de Referência do Anexo A - RELAÇÃO DOS LOCAIS ONDE PODERÃO SER PRESTADOS OS SERVIÇOS DE SANITIZAÇÃO - LOTE N° 02 - do instrumento convocatório.

I – DAS PRELIMINARES

Impugnação aos termos do Edital interposta pela empresa **TOTAL HS HIGIENIZA E SANITIZA LTDA**, CNPJ: 14.043.144/0001-30, em 04 de junho de 2021, por meio do seu representante legal, através dos meios regularmente previstos, devidamente qualificada na peça inicial, em face das exigências constantes no Edital do processo em epígrafe, com fundamento da Lei n° 10.520/2002 e do Decreto 10.024/2019, subsidiado pela Lei n°. 8.666/93 e suas alterações posteriores

Conforme a legislação pertinente e na forma dos itens 20.1, 20.3 e 20.4 e 20.5 do Edital, considerada a impugnação TEMPESTIVA, e por ser legal, examinei o mérito, o que importa em conhecê-la e, nos termos da condição 20.5. do edital, manifestar-se acerca da impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data em que recebê-la, encaminhando-a, em seguida, à Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia para proferir decisão, bem como publicá-la no site do Comprasnet.

II – DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

Em apertada síntese, a empresa IMPUGNANTE em tela apresenta contestação alegando o que se segue:

“Ao verificar as condições para participação no pleito em tela, deparou-se com algumas omissões e irregularidades acerca das documentações exigidas, como exemplo deixar de solicitar os documentos abaixo para o lote 02 de sanitização:

“Da Habilitação:

- 1- Não solicitar que as empresas apresentem o registro no ANVISA do fabricante do produto que será disponibilizado.
- 2- Não solicitar que as empresas apresentem registro no ANVISA do produto que será disponibilizado;
- 3- Não solicitar que as empresas apresentem Ficha técnica do produto que será disponibilizado;.
- 4- Não solicitar que as empresas apresentem Ficha de informações de segurança do produto químico (FISPQ), informando a não necessidade de proteção respiratória e proteção para pele e corpo;
- 5- Não solicitar que as empresas apresentem o Laudo de eficácia contra SARS-COV2 emitido por laboratório público com REBLAS – MS – ANVISA;
- 6- Não solicitar que as empresas apresentem documento comprovando eficiência do “long lasting” (tempo de duração)”

(vide teor, na íntegra, deste pedido de impugnação no doc. SEI nº1643331.

Nesse sentido, continua o impugnante em sua argumentação:

“Sucedem que a falta destas documentações que são primordiais, aumenta a possibilidade de QUALQUER empresa aventureira ingressar no certame”

Por derradeiro, cita ainda que “Da Ilegalidade”- “Por se tratar de um objeto com certa complexidade na sua execução, as empresas deverão demonstrar que detêm conhecimentos técnicos e práticos para a execução do objeto constante no lote 02 (sanitização). E continua em sua argumentação: “No que tange ao lote 02 (sanitização) deve ser levado em consideração a Nota técnica nº 22/2020 da ANVISA, bem como, a Nota técnica nº 26/2020 da Anvisa e Nota técnica nº 47/2020 da Anvisa, ora que, sanitização é 70% produto e 30% serviço. Portanto, o que manda no serviço de sanitização não é apenas saber aplicar, mas sim a CONFIABILIDADE do que está sendo aplicado, pois, se o produto não for de confiança, de nada importa a melhor aplicação. Ressalta-se que a ausência de solicitação de produtos registrados e fabricantes registrados na ANVISA acarreta riscos à saúde, tendo em vista, que se a empresa vencedora se utilizar de produtos inadequados, podem causar intoxicação, danificar maquinário, entre outras consequências negativas.”.

Assim, arremata, em conclusão, o impugnante em comento que cita uma decisão jurisprudencial da lavra do TCU nesse sentido: “Vejam-se abaixo uma decisão acerca da solicitação dos documentos relatados acima: Com base nesses fundamentos, anuiu o relator à proposta da unidade instrutiva no sentido de conceder prazo de quinze dias para que o tribunal fizesse constar do edital a exigência de que “as empresas participantes comprovem o cumprimento dos requisitos previstos na Lei 6.360/1976, no Decreto 8.077/2013 e na Resolução 16/2014/Anvisa, quando aplicável, de modo a garantir que o produto a ser licitado atenda aos requisitos técnicos necessários”, o que foi acolhido pelo Plenário do TCU. (Grifamos.) (TCU, Acórdão nº 2.000/2016 – Plenário)

Ao final, requer:

1 – Em face do exposto, requer-se seja a presente IMPUGNAÇÃO, recebida, apreciada e julgada procedente, com efeito para que seja feita inserção de que as empresas apresentem como documentos de habilitação para o lote de sanitização (lote 02):

- a) Registro na ANVISA do fabricante do produto que será disponibilizado;
- b) Registro na ANVISA do produto que será disponibilizado;.
- c) Apresentem a Ficha técnica do produto que será disponibilizado;
- d) Apresentem a Ficha de informações de segurança do produto químico (FISPQ), informando a não necessidade de proteção respiratória e proteção para pele e corpo;
- e) Apresentem o Laudo de eficácia contra SARS-COV2 emitido por laboratório público com REBLAS – MS – ANVISA;
- f) Apresentem o documento comprovando eficiência do “long lasting” (tempo de duração)

É o relatório.

III-DO DIREITO

No que concerne ao pedido de Impugnação ao Edital formulado pela empresa em tela, entendemos que, smj, que por se tratar de matéria pertinente à Seção XI- De Habilitação Jurídica- Qualificação Técnica, o Pedido de Impugnação ao Edital formulado pela Impugnante em tela fora preliminarmente submetido à SEAD, unidade demandante, para prévia manifestação, conforme doc SEI nº 1644563.

IV – DA ANÁLISE DA IMPUGNAÇÃO

Cumpra dizer, desde logo, que as decisões tomadas no contexto deste processo licitatório estão em perfeita harmonia e consonância com o que manda a lei, tendo sido observada a submissão aos princípios da Legalidade, da Razoabilidade, Celeridade e Eficiência.

Partindo do entendimento de que a Administração deve atuar primando não somente pela Legalidade, como também pela celeridade em todos os seus cometimentos, neles incluídos os processos licitatórios.

Analisando as alegações da empresa **TOTAL HS HIGIENIZA E SANITIZA LTDA, CNPJ: 14.043.144/0001-30**, e após a manifestação da SEAD, unidade demandante, passamos ao mérito do julgamento.

Quanto à Impugnação apresentada pela empresa em comento, JULGO IMPROCEDENTES as alegações apresentadas pelas razões que se seguem.

Tendo em vista que o teor do Pedido de Impugnação ao Edital trata de questões pertinentes à Habilitação Jurídica, mormente de Qualificação Técnica, enviamos, preliminarmente, e-mail à unidade demandante contendo o Pedido de Impugnação ao Edital para prévia manifestação, consoante doc SEI nº 1644563, cuja manifestação segue anexada ao documento SEI nº 1645919.

No que tange aos pedidos elencados pela empresa impugnante, constantes nas alíneas “a” à “f”, entendemos que, na verdade, a exigência de apresentação de tais documentos deve ocorrer durante a fase de execução do ajuste junto aos servidores deste Tribunal encarregados da área de Fiscalização do Contrato, e nesse sentido, conforme consta no item 8, alínea “t”, do Termo de Referência, Anexo I do edital, aqui transcrito *ad litetram*, já atende a tais exigências, smj:

“t) Observar na execução dos serviços as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), da legislação de proteção ao Meio ambiente e da organização Mundial de Saúde (OMS)”;

Quanto à alegação de ilegalidade suscitada pela impugnante, aqui prescrito *in verbis*: “Por se tratar de um objeto com certa complexidade na sua execução, as empresas deverão demonstrar que detém conhecimentos técnicos e práticos para a execução do objeto constante no lote 02 (sanitização)

Referida alegação de ilegalidade não deve prosperar, visto que no edital, precisamente na seção SEÇÃO XI – DA HABILITAÇÃO e na condição 11.1.7-Qualificação técnica- consta a exigência de que as empresas devem apresentar ainda, durante a fase de habilitação, para o item nº 1 e para todos os treze lotes ofertados, os seguintes documentos, além dos já exigidos e relacionados na supramencionada seção:

1.1.7. Qualificação técnica:

a) Comprovação de que a empresa está registrada no conselho profissional competente para fiscalizar a atividade profissional do seu responsável técnico.

b) Comprovação de que possui, em seu quadro permanente de pessoal, durante a execução do contrato, profissional de nível superior ou médio profissionalizante, devidamente habilitado para exercer as atividades objeto desta contratação, com registro válido no Conselho Profissional competente, além da comprovação oficial da competência para exercer tal função, emitida pelo seu conselho profissional; (grifos nossos)

b.1) A comprovação de vínculo profissional com a empresa poderá ser demonstrada, entre outros meios, através de carteira de trabalho, contrato de prestação de serviços ou do contrato social, ou pela certidão de registro da empresa na entidade profissional em que conste o nome do profissional como seu responsável técnico ou, ainda, de declaração da contratação futura do profissional, acompanhada da declaração de sua anuência;

b.2) Comprovação de que o profissional citado na alínea b é o Responsável Técnico da empresa;

c) Comprovação, por meio de Atestado de Capacidade Técnico-Operacional de que a futura contratada executou serviços de sanitização de ambientes, emitido por órgão da Administração Pública em geral ou Entidade Privada, em nome da empresa, devendo constar do atestado emitido pelas pessoas jurídicas de direito privado o nome completo do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA Seção de Licitações signatário e o número do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), estando as informações sujeitas à verificação de sua veracidade por parte do Tribunal. (Grifamos)

Instada a se manifestar, a unidade demandante-SEAD- assim se manifestou, conforme doc SEI nº 1645919, aqui transcrita *ad litteram*:

Prezado colega,

Com referência ao pedido de impugnação ao Edital nº 12/2021, instada esta unidade a se manifestar, informo, de ordem, que o item 8, "t" do respectivo Termo de Referência (doc. 1629666 do SEI 0009887-85.2021) alcança e resolve em sua integralidade, s.m.j, a impugnação apresentada.

Eis o teor do item 8, "t" do Termo de Referência em causa:

"8 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente Termo de Referência e na legislação vigente:

(...)

t) Observar na execução dos serviços as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), da legislação de proteção ao Meio ambiente e da organização Mundial de Saúde (OMS)"

Att,

SEAD

V – DA DECISÃO

Por força dos princípios basilares da legalidade e eficiência, não pode esta Autarquia deixar de agir em conformidade com as normas aplicáveis ao objeto desta licitação.

Diante do quanto acima exposto, INDEFIRO a Impugnação, julgando improcedentes as alegações da empresa impugnante.

Salvador (BA), 09 de junho de 2021.

Lúcio Roberto de Oliveira
Pregoeiro do TRE-BA

À ASSESD, para ciência e deliberação.
Salvador (BA), 09 de junho de 2021.